



PREGÃO PRESENCIAL PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS-MG PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2017

(Processo Administrativo nº 521/2017)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o MUNICÍPIO DE BURITIS, por meio do(a) Pregoeira Titular Sra. Terezinha Prisco Damasceno e equipe de apoio, nomeados pela portaria nº 225/2017, datada de 04 de julho de 2017, da Prefeitura Municipal de Buritis-MG., sediado(a) na avenida Bandeirantes, nº 723, Bairro Centro, Buritis-MG., realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 09/11/2017

Horário: 14h30min

Local: Setor de Compras e Licitações

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, e PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, para os pontos de monitoramento e alarme 24 horas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência (anexo I) deste edital.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Buritis para o exercício de 2017, conforme descritas no Termo de Referência (Anexo I), do edital.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 Todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação poderão participar deste certame, desde que preencham as condições de credenciamento constantes deste Edital:

a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, devidamente autenticado, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;



b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento.

3.2 - O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

3.3 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

3.4 - Se o licitante não credenciar um representante estará abdicando do direito de fazer lance e, principalmente, de recorrer dos atos do(a) Pregoeiro(a).

3.5 - Para que sejam beneficiadas pela Lei Complementar nº 123/06, as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar certidão expedida pela Junta Comercial do Estado onde fique demonstrada e comprovada sua atual condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme art.8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do DNRC. A certidão deverá ser expedida em até 6 (seis) meses antes da data da abertura da licitação.

3.6 - Declaração que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.7 - Os documentos apresentados através de cópia produzida por qualquer processo de reprodução, deverão ser autenticados por cartório competente ou pela Comissão Permanente de Licitação até 2 (dois) dias antes da abertura do certame;

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.4. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;



4.2.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante deverá firmar as seguintes declarações:

4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.3.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5. ENVIO DAS PROPOSTAS

5.1 As licitantes deverão apresentar suas propostas sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. Suas folhas devem estar rubricadas, numeradas e a última assinada pelo representante legal da empresa ou pela pessoa física participante, devendo nela constar:

a) identificação (individual ou social), a razão social, endereço, telefone/FAX, e-mail comercial se houver, número do CNPJ/MF, Banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento para facilitar o contato e o pagamento;

b) proposta definitiva de preços, especificando detalhadamente o item ofertado, discriminando, ainda, o valor unitário e total, em moeda corrente nacional, sendo admitidas apenas duas casas após a vírgula;

c) a validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão de abertura desta licitação;

d) declaração expressa de que todos os tributos, custos e demais despesas correm por conta da proponente.

5.2 A proposta deverá atender todas as condições exigidas no Edital e nos Anexos. As licitantes poderão utilizar o Anexo I deste Edital para a formulação de sua proposta, complementando as informações, caso necessário.

5.3 A falta de data e/ou rubrica da proposta somente poderá ser suprida pelo representante legal presente na sessão de abertura do envelope de Proposta e com poderes para esse fim.



5.4 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão avaliadas pelo(a) Pregoeiro(a).

5.5 Caso o prazo estabelecido para validade da proposta não seja indicado na proposta, será considerado aceito pela licitante o prazo estabelecido neste edital para efeitos de julgamento.

5.6 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

5.7 Fica reservado ao Município de Buritis o direito de verificar, sempre que julgar necessário, se os preços praticados pela licitante vencedora estão compatíveis com os de mercado.

5.8 Todos os documentos que integram as propostas da licitante deverão estar embalados em envelopes lacrados, não transparentes e denominados:

ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS

(NOME DO ÓRGÃO LICITANTE)

PREGÃO Nº XXXX/XXXX

(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)

CNPJ Nº XXXX

ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(NOME DO ÓRGÃO LICITANTE)

PREGÃO Nº XXXX/XXXX

(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)

CNPJ Nº XXXX

6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.



- 6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada em ata.
- 6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. As propostas serão classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão formular lances, sendo imediatamente lançados na ata de registro.
 - 6.4.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor *total do item*.
- 6.5. Os licitantes poderão oferecer lances, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.6. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado em ata.
- 6.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor.
- 6.8. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.
- 6.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 7.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 7.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 7.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.5. O Pregoeiro poderá encaminhar, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.



7.5.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.6 A negociação será realizada de forma presencial.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e trabalhista:

8.2. Habilitação jurídica:

8.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.2.4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

8.2.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.2.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.3. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.3.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.3.2. prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais, à Dívida Ativa da União, e Seguridade Social, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);

8.3.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



- 8.3.4. prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
- 8.3.5. prova de regularidade municipal ou distrital da sede do licitante;
- 8.3.6. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.4. As empresas, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:
 - 8.4.1. Certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ;
 - 8.4.2. Declarações referentes aos anexos II, III, IV, e V, modelos constantes neste edital;
- 8.5. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados pelos licitantes, após solicitação do Pregoeiro.
 - 8.5.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.6. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, o licitante será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.
 - 8.6.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para os quais será concedido o mesmo prazo especial para a regularização da situação fiscal.
- 8.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.8. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 9.1. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
 - 9.1.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
 - 9.1.2. O licitante deverá apresentar a proposta final realinhada.

10. DOS RECURSOS



10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

12.1. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato ou aceite instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização). O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) data da homologação, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. Previamente à contratação, será realizada consulta aos órgãos fiscais, pela contratante, para identificar possível regularidade junto aos poderes públicos.

12.2.1. O adjudicatário terá o prazo de cinco (05) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



12.2.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de cinco (05) dias, a contar da data de seu recebimento.

12.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.4. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta nos cadastros fiscais, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

12.4.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

12.5. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13. DO PREÇO

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

14. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

14.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

15.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

16.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta



hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta aos órgãos fiscais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.6. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto aos órgãos fiscais.

16.10. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente nos órgãos.

16.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

17.1.1. não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;



- 17.1.2. apresentar documentação falsa;
 - 17.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 17.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 17.1.5. não manter a proposta;
 - 17.1.6. cometer fraude fiscal;
 - 17.1.7. comportar-se de modo inidôneo;
- 17.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 17.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 17.3.1. Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento), por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato, por ocorrência, sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
 - 17.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, que poderá ser aplicado com rescisão contratual;
 - 17.3.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor contrato, na hipótese de o contratado, de modo injustificado, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o Município em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior do Município, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.
 - 17.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até cinco anos;
- 17.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 17.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 17.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas, para conhecimento da Comissão de Licitação.



17.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

18.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacoes@buritis.mg.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Bandeirantes, nº 723, Bairro Centro –Buritis-MG.

18.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

18.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

18.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

19.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

19.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.buritis.mg.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Bandeirantes, nº 723, Bairro Centro, Buritis-MG., nos dias úteis, no horário das 14: 00 às 18:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

19.10. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

19.11. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Buritis/MG, com exclusão de qualquer outro.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (inciso VII do artigo 4º da Lei nº 10.520, de 2002)

ANEXO III - Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação

ANEXO IV - Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99)

ANEXO V - Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007

ANEXO VI - Modelo de credenciamento.

Buritis/MG, 23 de outubro de 2017.

Terezinha Prisco Damasceno
Pregoeira Titular



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem como objeto a **aquisição de Equipamentos e materiais para Monitoramento e Alarme 24 horas, para inclusão de pontos**, conforme demanda, visando atender as necessidades das diversas Secretarias da Administração Municipal, localizada a rua: Bahia, nº 726, Bairro: Centro, CEP: 38.660-000 – Buritis-MG.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Justifica-se a necessidade para um melhor controle e garantia de proteção nos locais solicitados considerando os problemas que temos enfrentado para solução dos entraves relacionados à segurança no local.

2.2. A inclusão dos pontos e aquisição dos Equipamentos de Monitoramento e Alarmes 24 horas beneficiará às Secretarias Municipais de Educação, Ação Social e Saúde, e demais órgãos vinculados, visando proporcionar a Segurança e necessária vigilância patrimonial das instalações pertencentes à estas unidades.

2.3. A aquisição dos equipamentos para o serviço de monitoramento e vigilância eletrônica, possibilita, previne e detecta: acessos de visitantes intrusos, violações e outras irregularidades no local protegido, essa rápida ação acontece graças à integração entre os equipamentos de detecção de intrusão e o circuito interno de TV. Além do mais, você é informado imediatamente, caso haja a necessidade de alguma medida mais urgente.

2.4. A presente proposição de contratação tomou como base o princípio da teoria de livre mercado, no qual os fornecedores concorrem na busca de oferecer o menor preço, sem com isso, comprometer a qualidade, a confiabilidade, a continuidade de serviço. Tal princípio trará benefícios e economia substanciais ao serviço público, cujas políticas e diretrizes devem estar orientadas para garantir e maximizar a qualidade e a quantidade da prestação de seus serviços à população, ao menor preço possível.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS:

3.1. Os equipamentos que integram o objeto da presente contratação devem atender as seguintes especificações:

MONITORAMENTO COM ALARME:

Item	Unidade	Quantidade	Descrição	VALOR UNITÁRIO R\$
01	Unid.	37	Central de alarme com tecnologia com 8 memórias para números de telefone, função	808,00



			<p>Pânico, função Emergência, zona 24 horas, carregador de bateria inteligente com proteção contra curto-circuito ou inversão de polaridade, temporização e função de teste de sensores. Reportam eventos para 2 destinos IP.</p> <ul style="list-style-type: none">» Reportagem de eventos para 2 destinos IP (empresas de monitoramento)» Módulo quadriband (850, 900, 1800 e 1900 MHz)» Suporte a 2 chips (SIM cards) de celular» GPRS Classe 10» Supervisão do link Ethernet com intervalos de tempo configuráveis» Operação com IP fixo ou dinâmico» Capacidade para conexões com destinos DNS» Utilização do protocolo TCP/IP como meio de transporte para eventos» Download e visualização dos últimos 256 eventos com registro de data e hora» Fonte chaveada Full Range de 90-265 VAC» Capacidade para conexão de até 4 teclados e 4 receptores» Até 2 partições» Sistema de verificação de sabotagem da fiação dos sensores e dos dispositivos do barramento (teclados e receptores)» Detecção de sobrecarga na saída auxiliar» Detecção de curto e corte da sirene» Detecção de corte da linha telefônica» Discadora para 8 números telefônicos (2 para monitoramento, 1 para download e 5 para telefones pessoais)» 3 protocolos de comunicação para trafegar via linha telefônica: Contact ID, Contact ID Programável e Ademco Express» 2 contas de monitoramento» Reportagem normal, dupla e split» 2 saídas PGM programáveis» Autoativação programável por inatividade ou agendada por horário» Recepção de até 128 dispositivos sem fio (sensores/controles remotos)*» Cancelamento automático de zona» Configuração de Zona 24 h com aviso sonoro» Função Anunciador de presença por zona» 64 senhas» Fusíveis de proteção rearmáveis» Carregador de bateria inteligente com proteção contra curto e inversão de polaridade da bateria» Indicação de bateria fraca de sensores sem fio» Gabinete plástico para proteção da central com alojamento para bateria <p>» <u>Compatibilidade com central de monitoramento ABS conecta 8</u></p>	
--	--	--	--	--



02	Unid.	67	Bateria selada de 12v 7 A	105,66
03	Metros	400	Cabo 2mm bip ext.	3,39
04	Metros	900	Cabo alarme 50x6 vias	1,47
05	Unid.	150	Sensor infravermelho com fio	38,16
06	Unid.	36	Sirene elétrica corneta	43,03
07	Unid.	20	Teclado LCD para central de alarme compatível com item 1	191,00
08	Serviço	09	Serviço de instalação centrais de alarmes com até 08 sensores	193,66
Chip com linha telefone celular para escolas rurais ou por internet caso escola possua, pode ser substituído.				

3.2. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos e despesas necessárias à aquisição dos produtos, bem como quaisquer outras despesas;

3.3. A apuração do objeto deste pregão obedecerá ao critério de julgamento tipo menor preço por item;

3.4. A licitante poderá vistoriar o local de entrega dos produtos sempre que julgar necessário, através de técnico habilitado e devidamente credenciado, mediante solicitação por escrito encaminhada a Prefeitura Municipal de Buritis-MG.

4. DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

4.1. A troca dos equipamentos existentes e instalação deverão ser feita sem custo para Contratante, no local descrito de acordo com a Nota de Autorização de Fornecimento.

4.2. Em caso de sinistro, danos e falhas no sistema, os equipamentos deverão ser consertados ou substituídos imediatamente pelo prazo máximo de 12 (doze) horas após a notificação por e-mail ou telefone.

4.3. A empresa vencedora não poderá terceirizar os serviços.

4.4. A instalação dos equipamentos a serem locados deverá ser feita em até 10 (dez) dias a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento pelo Contratado, que será parceladamente.

4.5. O monitoramento dos alarmes e assistência técnica devem ter início logo após a instalação dos equipamentos.

4.6. Os serviços de instalação, bem como aqueles de infraestrutura, incluindo todo e qualquer material necessário para a completa instalação dos equipamentos de alarme e sensor de presença, bem como transporte de materiais e pessoal, serviços de tubulação cabeamento e adaptação de instalação elétrica, interligando os pontos de instalação a serem ativados, será por conta exclusiva da contratada.



4. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

- 4.1. Ficará a cargo das secretarias solicitar a empresa vencedora a entrega do material;
- 4.2. Os materiais objeto da presente licitação deverão ser entregues de forma imediata, visando o pleno atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Buritis - MG.

5. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 Constitui obrigação da CONTRATADA:

- I - responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbito federal, estadual ou municipal;
- II - zelar pela perfeita entrega dos equipamentos contratados, devendo as falhas, que porventura venham a ocorrer, serem sanadas, mediante solicitação da contratante;
- III - entregar os equipamentos dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;
- IV - implantar, adequadamente, a supervisão permanente dos equipamentos;
- V - Responsabilizar-se pelas despesas diretas e indiretas tais como transporte, salários, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho da entrega dos equipamentos pertinente ao objeto deste Contrato, ficando ainda a CONTRATANTE isenta de vínculo com os mesmos.
- VI - Cumprir fielmente suas prestações contratuais em conformidade deste Termo e de sua proposta.

5.2 Constitui obrigação da CONTRATANTE:

- I - exercer a fiscalização dos equipamentos por servidores especialmente designados;
- II - documentar as ocorrências havidas;
- III - fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.
- IV - emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;
- V - permitir o acesso dos empregados da contratada, quando necessário, para entrega dos equipamentos;
- VI - indicar as áreas onde os equipamentos serão entregues; e
- VII - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- VIII - Efetuar o pagamento a Contratada nos prazos e condições estipuladas neste Instrumento;
- IX - Comunicar imediatamente a Contratada qualquer irregularidade manifestada nos produtos contratados.

6. DO PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias contados da data de protocolização e aceitação pelo Contratante da Nota Fiscal / Fatura correspondente, devidamente atestada pelo Gestor do Contrato.



6.2. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento;

6.3. Para habilitar-se ao pagamento a Contratada deverá protocolar na Prefeitura Municipal de Buritis a Nota Fiscal/Fatura, semanalmente ou até no 5º dia útil subsequente ao mês de referência, especificando o abastecimento, e seus cupons fiscais assinados correspondentes valores em moeda corrente nacional, devendo estar formalmente atestada pela Secretária Municipal de Educação;

6.4. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas ao proponente ou inadimplência contratual;

6.5. O pagamento das notas fiscais/faturas será efetuado a Contratada conforme também especificado no Edital.

7. DAS PENALIDADES

7.1. À licitante ou à Contratada que incorram nas faltas referidas nos arts. 81 a 85 e 89 a 99 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou retirar instrumento equivalente aplicam-se, segundo a natureza e gravidade da falta, assegurados a ampla defesa e o contraditório, as sanções previstas nos art. 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93 ou em dispositivos de norma que vierem a substituí-la.

7.2. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das penalidades referidas no item anterior, a multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os limites fixados no Edital;

7.3. Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa, devendo ainda ficar ciente a contratada que eventuais aplicações de penalidades poderão ser descontadas por via de créditos que a contratada possa ter juntado à contratante quando eventualmente havidos, quando for o caso, ou cobrada judicialmente.

8. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas com a contratação estão asseguradas por via do programa orçamentários números.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

02.04.01.12.122.0005.2031 – Manutenção de Atividades – SEMEC

3.3.90.39.00 – P. Jurídica - Ficha 191 - Fonte 101

02.04.01.12.122.0005.1017 – Aquisição de Mobiliários e Equipamentos - SEMEC

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente - Ficha: 181 - Ficha: 122

02.04.02.12.361.0006.2038 – Administração do Ensino Fundamental

3.3.90.39.00 – P. Jurídica – Ficha: 219 - Fonte: 100

02.04.02.12.361.0006.1020 – Aquisição de Mobiliários e Equipamentos

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente - Ficha: 209 - Ficha: 147

02.04.03.12.365.0007.1024 – Aquisição de Mobiliário e Equipamentos – Ensino Infantil

4.4.90.52.00 – Equipamentos e Materiais Permanente – Ficha: 253 - Fonte: 147



- 02.004.03.12.365.0007.2047 – Manutenção de Ativ. – Ensino Infantil
3.3.90.39.00 – Pessoa Jurídica - Ficha: 270 - Fonte: 101
- 02.04.08.12.364.0011.2064 – Manutenção de Ativ. Adm – Pólo Universitário
3.3.90.39.00 – P. Jurídica - Ficha 341 - Fonte 101
- 02.04.08.12.364.0011.1033– Equipamentos – Pólo Universitário
3.3.90.39.00 – P. Jurídica - Ficha 325 - Fonte 101
- 02.04.07.13.392.0009.2057 – Manutenção de Ativ. – Biblioteca Municipal
3.3.90.39.00 – P. Jurídica – Ficha 313 - Fonte 101
- 02.04.07.13.392.0009.2055– Manutenção de Ativ. – Dptº de Cultura
3.3.90.39.00 – P. Jurídica – Ficha 302 - Fonte 101
- 02.04.07.13.392.0009.1028– Aquisição de Mobiliários e Equipamentos – Dptº Cultura
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Materiais Permanente – Ficha: 294 - Fonte: 101

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL:

- Dotação: 02.09.02.08.122.0003.1113.4.4.90.52.00 – Ficha 622 – Fonte 100
02.09.02.08.243.0014.1159.4.4.90.52.00 – Ficha 646 – Fonte 129

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Fonte: 102 e 149.

- 02.08.02.10.302.0012.2123 - Manutenção de Atividades Administrativas – Unidade Mista de Saúde - 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - Ficha 557.
- 02.08.02.10.302.0012.1096 – Aquisição de Mobiliário e Equipamentos – Unidade Mista de Saúde - 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente – Ficha 550 - Fonte: 102
- 02.08.02.10.301.0012.2112 – Manutenção de Atividades Administrativas – Centro Odontológico.
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 530 - Fonte: 102
- 02.08.02.10.301.0012.2114 – Manutenção de Atividades Administrativas – CAPS - 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 538 - Fonte: 102
- 02.08.02.10.301.0012.2115 – Manutenção de Atividades Administrativas – Bloco Atenção Básica – PAB - 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 546 - Fonte: 102 ou 148
- 02.08.02.10.301.0012.2125 – Manutenção de Atividades Administrativas – Farmácia Básica - 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 566 - Fonte: 102
- 02.08.02.10.302.0012.2127 – Manutenção de Atividades Administrativas – Laboratório Municipal - 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 573 - Fonte: 102



02.08.02.10.303.0012.2128 – Manutenção de Atividades Administrativas – Centro de Reabilitação-
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 580 - Fonte: 102

02.08.02.10.304.0013.1103 – Aquisição de Mobiliário e Equipamentos – Vigilância Sanitária.
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente – Ficha 582

02.08.02.10.304.0013.2130 – Manutenção de Atividades Administrativas – Vigilância Sanitária.
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 590 - Fonte: 102 ou 150

02.08.02.10.305.0012.1105 – Aquisição de Mobiliário e Equipamentos – PFVPS
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente – Ficha 592
02.08.02.10.305.0012.2131 – Manutenção de Atividades Administrativas – PFVPS.
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 599 - Fonte: 102

02.08.02.10.305.0012.2132 – Manutenção de Atividades Administrativas – FUNASA 3.3.90.39.00-
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 606 - 10.13 Fonte: 102 ou 150

02.08.01.10.122.0003.1072 – Aquisição de Mobiliário e Equipamentos – SEMS -
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente – Ficha 460

9. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

9.1. A vigência do contrato deste Termo de Referência é de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, de acordo com as partes contratuais.

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

10.2. As normas disciplinadoras deste termo serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

10.3. A prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos desta licitação sujeita o agente às sanções.

10.4 As eventuais impugnações deverão ser apresentadas por escrito e entregues na Coordenação de Compras e Licitações.

Buritis, 18 de setembro de 2017.

Solicitante:



Prefeitura de **Buritis**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Prefeitura: Av. Bandeirantes, 723 - Centro - CEP 38.660-000 - Fone: (38) 3662 3250 / 3034 - www.buritis.mg.gov.br

CNPJ: 18.125.146/0001-29



MARINA CAMPOS VALADARES
Secretária Municipal de Educação

MYCHAELY MONIK CARDOSO
Secretária Municipal de Saúde

FLÁVIA RODRIGUES MAIA CAMOS
Secretária Municipal de Ação Social

Aprovo o Presente Termo de Referência

DR. KENY SOARES RODRIGUES
Prefeito Municipal



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E FATOS IMPEDITIVOS.

-----, inscrita no CNPJ sob Nº....., sediada na , cidade de Buritis – Minas Gerais, declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no presente edital, não havendo nenhum ato ou fato impeditivo para a efetiva participação do Pregão Presencial nº 079/2017, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Buritis, ____ de _____ de 2017.

Assinatura/Carimbo



ANEXO III

MODELO

MODELO DA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

DECLARAÇÃO

Ref. : (identificação da licitação)

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF no, DECLARA, sob as penas da Lei, que não se encontra em processo de Falência ou Concordata, e que até a presente data não existem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e data)

(Representante legal)



ANEXO IV

MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a)

Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no,

DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....

(data)

.....

(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO V

MODELO

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

Ref. : PREGÃO N.º 079/2017.

A empresa _____, inscrita no CNPJ

nº _____, sediada _____ em _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF no, DECLARA, que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação, bem como apresenta sua proposta com indicação do objeto e do preço oferecido os quais atendem plenamente ao edital.

_____, ____ de _____ de 2017

(Representante legal)



ANEXO VI

MODELO DE CREDENCIAMENTO

_____, inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada na _____, neste ato representada pelo (a) Sr(a) _____, portador da cédula de identidade RG _____, residente e domiciliado na _____, inscrito no CPF sob o nº _____, detentor de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe faça as vezes para fins licitatórios, confere-os à _____, portador da cédula de identidade RG _____, e inscrito no CPF sob o nº _____ com o fim específico de representar a outorgante perante Prefeitura de Buritis, no Pregão Presencial nº 079/2017, podendo assim retirar editais, propor seu credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e ainda assinar atas, contratos de fornecimento de materiais ou prestação de serviços, firmar compromissos, enfim, todos aqueles atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

_____, ____ de _____ de _____.

Outorgante (reconhecer firma)

Outorgado